

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL**

EDILENE EVA DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ**

**FLORIANÓPOLIS
2013**

EDILENE EVA DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SÃO JOSÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para conclusão do Curso de Especialização em Educação Integral.

Orientadora: Prof. Dra. Jane Bittencourt.

FLORIANÓPOLIS

2013

EDILENE EVA DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SÃO JOSÉ**

Florianópolis 18 de julho de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Jane Bittencourt.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Adriana Mohr
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho as pessoas que sempre estiveram do meu lado me apoiando nos caminhos da vida. Especialmente aos meus pais Maria Marta e Leonildo (in memoriam) que do seu jeito simples me ensinaram a importância da educação. Dedico também às crianças da escola pública que são o motivo do empenho a lutar por uma escola que inclua a todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sentir sua presença em todos os momentos da minha vida. Ao Gabriel e ao Alexandre por me apoiarem e entenderem a minha ausência.

Agradeço também a todos os professores do curso pela dedicação e os ensinamentos transmitidos. Especialmente à professora Jane Bittencourt, pela paciência e o carinho com que me conduziu na orientação deste trabalho. Agradeço ainda a todos os colegas da Rede de Ensino de São José, especialmente os professores coordenadores do Programa Mais Educação pelas nossas discussões em defesa de uma escola pública integral.

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção pesquisar, nas escolas públicas da rede municipal de São José que oferecem o Programa Mais Educação desde 2010, como está o desenvolvimento deste e qual tem sido sua contribuição no sentido de garantir a permanência e a aprendizagem dos alunos atendidos. O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/07, determina que as escolas públicas que não alcançaram a nota mínima esperada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) promovam a ampliação do tempo, espaço e oportunidades educativas. A partir desta determinação, foram lançados às escolas os desafios do atendimento em período integral, da garantia da permanência dos estudantes e da promoção da aprendizagem a todos, além da articulação entre as atividades oferecidas no turno regular e o no contraturno. A implantação do Programa trouxe, portanto, a necessidade de repensar o currículo, investir na formação de professores, reorganizar os espaços educativos, como também verificar se este tem alcançado os objetivos aos quais se propõe. Com esta intenção, ao final do ano de 2012, foi realizada uma pesquisa com 120 alunos que frequentam o Programa Mais Educação nas escolas desta rede de ensino e com seus respectivos professores regentes. Questionários foram aplicados aos estudantes e professores, com a intenção de verificar se estes reconhecem uma melhora significativa na aprendizagem a partir da inserção do Programa nas escolas. Consideramos aprendizagem como uma categoria ampla, que envolve não só o aproveitamento em relação aos conteúdos curriculares, mas a inserção dos estudantes em todo o contexto escolar. A partir da análise dos questionários aplicados verificamos que há um reconhecimento por parte dos estudantes e seus professores de que a inclusão no Programa trouxe melhorias significativas relacionadas à autoestima dos estudantes, ao compromisso com os afazeres escolares, à convivência no ambiente escolar, ao aprimoramento da leitura, à frequência e ainda ao envolvimento dos estudantes com o conjunto das atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Integral. Programa Mais Educação. Aprendizagem. Currículo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMÁTICA E DESCRIÇÃO DA PESQUISA	8
1.2 OBJETIVOS	9
1.3 METODOLOGIA	10
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	12
2.1 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL	12
2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA....	14
2.3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ.....	15
2.4 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ	18
3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: DIRETRIZES E PRINCÍPIOS	22
4 A PESQUISA	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICES	42
APÊNDICE A: Questionário aplicado aos estudantes.....	43
APÊNDICE B: Questionário aplicado aos professores.....	46
APÊNDICE C: Relação das escolas e atividades escolhidas para 2012	48
APÊNDICE D: CD com os questionários respondidos	52

1 INTRODUÇÃO

Uma educação integral que garanta a todos o direito de acesso e permanência na escola pública há muito tempo é o desejo de educadores que se preocupam em oferecer uma formação que leve em conta não somente fatores cognitivos, mas também a formação do sujeito corpóreo, inserido num contexto de relações, capaz de pensar e agir para modificar a realidade em que se encontra.

Em alguns estados e municípios brasileiros, o atendimento aos alunos em tempo integral já é uma realidade. O Ministério da Educação (MEC), através da Portaria Interministerial nº 17/2007, instituiu o Programa Mais Educação, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com objetivo de ampliar a jornada escolar no Brasil para no mínimo 7 horas diárias. Através do Programa, o MEC delegou às escolas a responsabilidade de oferecer atendimento aos estudantes matriculados na rede pública em escolas que apresentam a nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo do esperado, com o compromisso de ampliar o tempo de atendimento escolar.

Segundo documentos que regulamentam a adesão e organização do Programa nos estados e municípios, isto é, o Manual de Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (BRASIL, 2008) e o documento norteador do Programa Mais Educação: Passo a Passo (BRASIL, 2009), os alunos inseridos no Programa Mais Educação deverão ser, prioritariamente: aqueles que apresentam distorção idade série; repetentes; aqueles que estão nas séries finais do ensino fundamental; que apresentam dificuldades de aprendizagem ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O Programa propõe a garantia da permanência destes alunos na escola, a melhoria da convivência destes no ambiente escolar, a oferta de atividades educacionais no contraturno, ampliando dessa maneira as oportunidades educativas, tendo em vista o incremento da aprendizagem e, conseqüentemente, a elevação do IDEB da escola.

No município de São José, em Santa Catarina, 13 escolas implantaram o Programa Mais Educação em 2010, atendendo alguns alunos, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC. Com este atendimento, surgiu uma necessidade, nas escolas, de repensar os espaços, rever seus Projetos Político Pedagógicos, discutir a metodologia de trabalho.

Com a ampliação da jornada ampliou-se também a necessidade de rever a formação do educador, de conceber um currículo que integre os conteúdos tradicionais com as atividades oferecidas no contraturno escolar. Além disso, o Programa tem por finalidade garantir a

permanência dos estudantes na escola e assegurar sua aprendizagem. Torna-se necessário, portanto, acompanhar e avaliar os resultados destas mudanças.

Como funcionária da Rede Municipal de ensino de São José, participei diretamente da implantação do Programa Mais Educação no município, atuando como coordenadora do mesmo na Secretaria de Educação no período de outubro de 2009 até o presente. Iniciamos por uma escola, atendendo 100 estudantes e hoje são 14 escolas inseridas no Programa e 1.800 estudantes atendidos.

Desta experiência, surgiu a problemática da pesquisa, que passo a descrever a seguir.

1.1 PROBLEMÁTICA E DESCRIÇÃO DA PESQUISA

No decorrer deste tempo de implantação do Programa Mais Educação, a cada final de ano letivo, percebia-se que, apesar do investimento financeiro na contratação de professores habilitados, do esforço, empenho e envolvimento dos professores, coordenadores e equipe gestora de modo a garantir a aprendizagem dos alunos, alguns alunos ainda reprovavam. Notou-se também que, mesmo o aluno tendo demonstrado uma mudança significativa em seu comportamento, para os professores, estes não estavam aptos a passar de ano por não terem conseguido a nota suficiente para a aprovação. Isto é, a aprendizagem, para a grande maioria dos professores, ainda se resumia unicamente na média das notas alcançadas a cada final de bimestre.

Enquanto coordenadora do Programa, acompanhando o trabalho nas unidades de ensino, percebo que, embora alguns estudantes não alcancem o rendimento esperado nas avaliações, muitas outras conquistas são observadas. Todas essas conquistas são resultantes do processo de aprendizagem e estão diretamente relacionadas à melhora da convivência no ambiente escolar, a uma mudança de atitude, a uma melhor participação nas atividades escolares, ao incremento do respeito aos colegas e professores, ou ainda a um maior grau de compromisso. Entretanto, estes fatores parecem não ser reconhecidos pela escola como fatores que compõem a avaliação da aprendizagem. De acordo com Mendes (2002, p. 81):

O uso mais comum, de caráter pragmático e o mais ostensível dos exercícios de avaliação na prática atual pedagógica identificados com técnicas de exame, consiste em “dar notas”, qualificar algumas tarefas ou alguns resultados, supondo-se artificialmente que representam graus ou níveis de rendimento diferenciado. Com o interesse pela prática formativa da pessoa, isso deixa de ser relevante pelo pouco que representa a longo prazo e pela circunstancialidade de que está rodeado.

Com a compreensão de que o currículo se refere à organização do conhecimento no conjunto das práticas pedagógicas escolares, incluindo as formas de avaliação, e que isso se traduz na organização dos tempos e espaços escolares, do trabalho pedagógico dos professores e da integração dos alunos no conjunto das atividades da escola, entende-se que as relações estabelecidas no ambiente escolar também constituem um importante aspecto da aprendizagem, e configuram, assim, as práticas curriculares na escola. Entretanto, é evidente que ainda não têm sido consideradas, na avaliação da aprendizagem dos alunos, por exemplo, as mudanças de comportamento que favorecem o convívio na escola, dando-se ênfase principal à aprendizagem dos conteúdos. Neste trabalho, estamos considerando os diversos aspectos que compõem a relação dos alunos com o currículo escolar, propondo, portanto, uma ampliação da concepção de aprendizagem.

A partir deste questionamento, o presente trabalho pretende verificar quais são os resultados do Programa Mais Educação de 2010 a 2012, do ponto de vista dos estudantes e de seus respectivos professores. Ao mesmo tempo, pretende-se verificar se os aspectos positivos do Programa, elencados por estes, se referem a fatores como, por exemplo, a mudança de hábitos e atitudes, que interferem positivamente nas relações interpessoais; o incremento do envolvimento nos estudos ou ainda a melhora do convívio dos estudantes no ambiente escolar. Estamos pressupondo que todos esses fatores se referem à aprendizagem, considerada aqui de maneira mais ampla.

De modo geral, a problemática desta pesquisa é: Considerando a aprendizagem como o conjunto de relações estabelecidas entre o aluno e o currículo escolar, o Programa Mais Educação, implantado desde 2010 na rede de ensino municipal de São José, tem contribuído para a melhoria da aprendizagem? Tem contribuído para diminuir a repetência, a evasão, e tem incrementado a aprendizagem dos conteúdos curriculares, assim como o convívio entre os sujeitos da escola?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as implicações do Programa Mais Educação na Rede Municipal de Ensino de São José entre os anos de 2010 e 2012. Além disso, temos ainda os seguintes objetivos:

- Verificar se melhoraram alguns aspectos específicos associados à relação do aluno com o currículo escolar, como: o comportamento; a responsabilidade em relação aos afazeres

escolares; o relacionamento dos estudantes que estão no Programa Mais Educação com seus professores e colegas, além da aprendizagem dos conteúdos curriculares;

- Verificar se a permanência dos estudantes que estão no Programa Mais Educação há dois anos ou mais tem contribuído para diminuir a repetência e a evasão;
- Analisar se tanto os estudantes quanto os professores identificam mudanças no ambiente escolar devido à implantação do Programa Mais Educação nas escolas da rede municipal de São José;
- Contribuir, com os resultados da pesquisa, para a avaliação e qualificação do atendimento no Programa Mais Educação nesta rede;
- Produzir conhecimentos acerca da Educação Integral;
- Verificar se as práticas pedagógicas escolares desenvolvidas nas escolas investigadas, no contexto do Programa Mais Educação, contribuíram para qualificar a aprendizagem, numa concepção mais ampla;
- Utilizar os resultados da pesquisa realizada nas escolas públicas municipais de São José, bem como os conhecimentos que serão adquiridos no decorrer dos estudos, para o aprimoramento do trabalho pedagógico nesta rede.

Consideramos que os resultados desta pesquisa poderão subsidiar, posteriormente, uma avaliação mais ampla da implantação do Programa Mais Educação na rede de ensino de São José, o que também constitui um importante objetivo deste trabalho.

1.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é resultado de um estudo bibliográfico e documental centrado nas contribuições teóricas de vários autores a respeito da educação, na análise do conteúdo dos documentos oficiais a respeito do Programa Mais Educação, publicados pelo Ministério da Educação e na análise de experiências bem sucedidas em educação integral, que apontam possibilidades de auxiliar as escolas a qualificar o trabalho pedagógico e garantir a inclusão dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Além disso, de modo a obter dados a respeito das implicações do Programa Mais Educação nesta rede, foram distribuídos questionários a estudantes¹ de anos iniciais e finais do ensino fundamental que se encontram há dois ou três anos frequentando o Programa. O

¹ O modelo do questionário direcionado aos estudantes consta no **Anexo 1**.

objetivo do questionário direcionado aos estudantes é verificar se estes consideram que, desde sua inclusão no Programa, houve melhora no convívio entre os colegas, entre os professores, no compromisso com os afazeres escolares, na diminuição da infrequência, e ainda na melhora das notas e conseqüentemente diminuição da reprovação.

Com a intenção ainda de avaliar, do ponto de vista dos professores regentes, as implicações na aprendizagem destes mesmos estudantes, considerando as relações entre as atividades desenvolvidas no Programa e no turno regular, questionários foram encaminhados também aos professores regentes². Estes questionários têm como intenção identificar se, do ponto de vista dos professores, os estudantes inseridos no Programa Mais Educação conseguiram alcançar os objetivos ao qual este se destina.

Foram distribuídos 120 questionários aos estudantes, sendo que nestes nem todas as perguntas foram respondidas. Para a aplicação dos questionários aos estudantes contamos com a colaboração dos professores coordenadores das escolas. Aos professores foi distribuída a quantidade de questionários correspondente a cada estudante da sua turma que participou da pesquisa, respondendo o questionário. Em duas das escolas alguns professores se recusaram a participar, foi decidido então que estes questionários seriam respondidos pelo professor coordenador e equipe pedagógica, já que os respectivos questionários já haviam sido respondidos pelos estudantes.

A análise da pesquisa foi desenvolvida a partir do conjunto de dados quantitativos referentes às questões, que foram tratados de maneira qualitativa. As partes discursivas de algumas questões não foram consideradas devido aos limites deste trabalho.

No decorrer deste trabalho, é analisada, inicialmente a educação integral no Brasil, em Santa Catarina e no município de São José, em uma perspectiva histórica. A seguir, no capítulo 3, são apresentadas as Diretrizes e Princípios do Programa Mais Educação. No capítulo 4 a pesquisa desenvolvida é descrita e são analisados os dados sistematizados. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

² O modelo do questionário direcionado aos professores consta no **Anexo 2**.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Neste capítulo será descrito um breve histórico da educação integral no Brasil e no estado de Santa Catarina, como também o processo de implementação da educação integral na rede municipal de ensino de São José.

2.1 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

A educação em período integral vem sendo discutida e implantada no Brasil desde a primeira metade do século vinte por educadores que, naquela época, procuravam defender a ideia uma formação integral.

Na década de 1930, Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais da Escola Nova, defendia a implantação de um sistema público de educação em que a escola:

[...] desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento a criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia (BRASIL, 2009b, p. 15).

Anísio Teixeira colocou em prática esta concepção de educação em um Centro Educacional em Salvador com atividades no contraturno escolar, experiência que o educador denominou de Escola Parque. Na década de 1960, diversos Centros Educacionais foram construídos em Brasília seguindo esse modelo. Ainda nesta década, Anísio Teixeira, a pedido do Presidente Juscelino Kubitschek, coordenou a comissão encarregada de criar o Plano Humano de Brasília, juntamente com Darcy Ribeiro. Assim, organizaram o Sistema Educacional da Capital que, segundo a pretensão do então presidente, viesse ser o modelo educacional para todo o Brasil.

Deste plano foi criado um modelo de educação integral inspirado no modelo de Salvador, porém mais evoluído. Mais tarde, na década de 1980, durante os dois governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, foram construídos 500 prédios com a finalidade de abrigar o que se denominava como “Escola Integral em horário integral”, os CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública.

Posteriormente, em nível nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 34, previu a progressiva ampliação do tempo de permanência do aluno na escola: “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo

progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Em seu parágrafo 2º, consta que: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional da Educação (PNE), Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, retoma e valoriza a Educação Integral como possibilidade de formação integral da pessoa, apresentando-a como objetivo do Ensino Fundamental e também da Educação Infantil. Além disso, o PNE apresenta como meta, a ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos, 7 horas diárias, além de promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando a instituição de Conselhos Escolares (BRASIL, 2001).

Mais tarde, a Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio de atividades socioeducativas no contraturno escolar (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, a ampliação da jornada escolar, prevista nos documentos oficiais citados acima, vem progressivamente fazendo com que estados e municípios se comprometam em ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, o que tem acarretado a intensificação dos estudos sobre a educação integral assim como a diversidade de experiências já em andamento. Diversas iniciativas têm sido implementadas com jornada escolar ampliada, entremeando turno e contraturno, com metodologias diversas de trabalho, conforme síntese apresentada no Caderno do Programa Mais Educação: Texto Referência para o debate nacional (BRASIL, 2009b).

São Paulo, por exemplo, viveu a experiência de educação integral entre 2000 e 2004 com os Centros Educacionais Unificados (CEUs). Instituídos por decreto municipal, estes Centros ofereciam atendimento integral, de creche ao ensino médio, com atividades educacionais, recreativas e culturais em um mesmo espaço físico, com a perspectiva de que estes se constituíssem em experiências de convivência comunitária.

Outro exemplo foi a iniciativa desenvolvida pela prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 2006, que consistiu em um programa intersetorial que amplia a jornada educativa diária para 9 horas, oferecendo atividades diversificadas de forma articulada com a proposta político pedagógica de cada instituição educativa. Este programa é coordenado pela Secretaria de Educação e conta com a parceria de várias instituições de ensino superior, além de ONGs, comerciantes, empresários locais, envolvidos na construção de uma grande rede responsável pela educação de crianças e jovens. Utiliza diversos espaços das escolas e da comunidade na perspectiva de transformar os espaços da cidade em centros educativos.

Bairro Escola é outro projeto criado pela prefeitura de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, que, desde 2006, baseado no conceito de “cidade educadora”, que considera que a educação não ocorre somente no espaço da escola, mas em diversos locais da cidade. Nesta iniciativa, várias atividades são desenvolvidas no contraturno escolar, associadas às orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais e ao Projeto Político Pedagógico de cada escola. Tais atividades podem ser desenvolvidas por voluntários ou monitores, selecionados entre moradores e integrantes das entidades parceiras que participam de capacitações periódicas.

No estado do Paraná, mais especificamente em Apucarana, a educação integral está em funcionamento desde 2001, tendo sido regulamentada pela Lei Municipal nº 90/01, que indica a intenção de ultrapassar a divisão entre turno e contraturno. O desenvolvimento das atividades oferecidas no espaço escolar é considerado numa perspectiva interdisciplinar, voltada para melhores resultados da aprendizagem. Para que este programa pudesse atingir efetividade, foram firmados vários pactos com a sociedade organizada: Pacto pela Educação, Pacto pela Responsabilidade Social, Pacto pela Vida, Pacto por uma Cidade Saudável. Por meio desses pactos várias participações foram organizadas, o que motivou outros estados e municípios a implantarem também a educação integral.

A estas experiências somaram-se várias outras, frutos de iniciativas de vários governos, inclusive do governo federal, por vezes com a participação de organização da sociedade civil, desejosa de contribuir para a melhoria da qualidade educacional.

A intenção principal da educação integral, anunciada oficialmente pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/07, que instituiu o Programa Mais Educação é garantir a permanência destas crianças e adolescentes na escola e o direito à aprendizagem. As experiências comentadas anteriormente visam atender a estas expectativas, assim como as iniciativas desenvolvidas no estado de Santa Catarina, que passamos a relatar a seguir.

2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A proposta de Educação Integral para a rede estadual de Santa Catarina foi elaborada pela Secretaria Estadual de educação (SED) e data de agosto de 2003. O referido documento intitula-se Proposta para Implantação da Escola Pública Integrada (EPI). Consta no capítulo introdutório do documento que este propõe subsídios para a discussão da proposta de criação da Escola Pública Integrada, com base no conceito de escola integrada à comunidade e seus recursos educativos, em um currículo em tempo integral e na gestão compartilhada entre

estados e municípios. Além disso, o documento sugere uma escola que pense no sujeito integral e não se preocupe somente em transferir conteúdos.

A essencialidade do projeto de Escola Pública Integrada está exatamente na garantia deste novo conceito. Um conceito que agrega de modo articulado as categorias de “**Escola**” como espaço social de aprendizagem; de “**Pública**” como direito inalienável e intransferível de todos e de processo de formação humana (SANTA CATARINA, 2003, p. 2).

A proposta da Escola Pública integrada prevê a ampliação do tempo na escola para 8 horas diárias com atividades curriculares integradas. Para isso, orienta-se buscar a corresponsabilidade entre diferentes parceiros. Prevê ainda que a proposta metodológica deve ser orientada pela Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, devendo ser compatível com o Projeto Político Pedagógico de cada escola. Além disso, o documento norteador, que contém as orientações da implantação da Escola Pública Integrada, sugere que os projetos das escolas devam ser previamente discutidos com a comunidade local, com os parceiros e as Gerências de Educação, antes de serem encaminhados para a SED.

Segundo a proposta, a organização das atividades se dará em três eixos temáticos (Linguagem e Comunicação, Ciências e Matemática, Histórico e Social): “O currículo deverá integrar estes eixos ampliando as atividades educativas no âmbito do projeto pedagógico de cada unidade de ensino” (SANTA CATARINA, 2003, p. 4). A proposta do currículo da escola integrada é a integração entre as disciplinas e a ruptura entre turno e contraturno.

O plano formulado pela SED previa a implantação da educação integral em 60 escolas a partir do segundo semestre de 2003, priorizando o atendimento a duas escolas por Gerência. Em 2004 este projeto foi estendido para mais 180 escolas. Em 2005, a implantação previa 500 escolas e, em 2006, 800 escolas de ensino fundamental. Apesar de tratar-se de um projeto pedagógico bem fundamentado, a ampliação das escolas participantes deste projeto não ocorreu conforme foi previsto. Até 2013 constam, segundo informações da SED, 74 escolas integradas em funcionamento no estado de Santa Catarina.

2.3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ

Na Rede de Ensino de São José, a experiência de educação integral teve início com o Programa Mais Educação, em outubro de 2009, atendendo 100 alunos no Centro Educacional Municipal São Luiz, seguindo as orientações encaminhadas pelo Ministério da Educação. Foi

realizada uma seleção de candidatos às vagas de oficinairos entre alunos do curso de pedagogia da Universidade de São José (USJ). Estes alunos ministravam as oficinas no contraturno, com um acordo de voluntariado, segundo o qual recebiam uma ajuda de custo para transporte e alimentação, recurso este que é encaminhado pelo Ministério da Educação para cada Associação de Pais e Professores (APP) das escolas inseridas no Programa.

Além destes oficinairos, foi disponibilizada pela Secretaria de Educação a contratação de um professor coordenador para atuar 40 horas no Programa. Este professor acompanhava diretamente o trabalho do oficinairo, auxiliando no planejamento e execução das oficinas, sendo responsável ainda pela articulação das atividades desenvolvidas nestas com o planejamento do professor regente do turno regular, de modo a garantir que haja um diálogo entre os dois turnos na escola. Além disso, o professor coordenador substituíva o oficinairo em sua ausência.

Nesta ocasião, em 2009, tinha-se como intenção testar seu funcionamento, segundo as orientações do Ministério da Educação, o que neste momento foi seguido à risca, mesmo porque a meta era incluir, no próximo ano, isto é, em 2010, o restante das escolas do município que apresentavam o índice do IDEB abaixo do esperado da média nacional, o que representava mais 12 escolas.

Em dezembro, finalizando o ano letivo de 2009, avaliou-se que, mesmo tendo-se realizado a seleção dos oficinairos com bastante cuidado, e mesmo sendo estes alunos universitários do curso de pedagogia, considerou-se que os oficinairos sentiam-se desobrigados em alguns momentos e não se comprometiam inteiramente com o trabalho. Ao mesmo tempo, não havia respaldo jurídico para realizar qualquer tipo de cobrança, já que eram voluntários.

Foi um momento de reflexão e de questionamentos, afinal, o que se pretendia com esse atendimento ampliado? As escolas inseridas no Programa Mais Educação eram as escolas que estavam em intervenção do MEC, por não terem dado conta de garantir a aprendizagem dos seus alunos, de acordo com a avaliação feita pela Prova Brasil. O questionamento, então, era: se não damos conta de garantir a aprendizagem com professores contratados, como garanti-la com oficinairos? Decidiu-se então, naquele momento, na Secretaria de Educação, que a ampliação do Programa Mais Educação aconteceria com a contratação de professores para executar as oficinas pedagógicas de letramento, português e matemática, assim como também para as atividades de esporte, teatro, xadrez.

Portanto, a partir de 2010, todas as oficinas passaram a ser executadas por professores, que participaram de um processo seletivo para a contratação por parte da Secretaria de

Educação. O oficinairo passou a ser somente um novo suporte na escola, auxiliando no horário do almoço, acompanhando os professores na execução, no desenvolvimento de oficinas, ou ainda na rotina escolar.

A partir de então, a cada início de ano as escolas escolhem as oficinas que gostariam de ofertar aos estudantes, através das opções apresentadas na página do Sistema Integrado de Monitoramento, Controle e Execução (SIMEC), do Ministério da Educação. São ofertados alguns macrocampos e nestes há a possibilidade de se fazer escolhas das atividades³. Além da atividade de letramento, que é obrigatória, a maioria faz a opção pelo esporte, dança, artes, música e xadrez, mas há ainda alguns que preferem cerâmica, capoeira, percussão ou judô.

Com a contratação de professores, foi possível desenvolver um trabalho pedagógico articulado entre o turno regular e o contraturno. Trouxe-se o currículo para o centro das discussões nas reuniões pedagógicas e nos grupos de estudos realizados com os coordenadores que orientam o trabalho nas escolas. Aos professores foi garantido, na contratação, o tempo para participar da formação, buscando-se articular o trabalho desenvolvido no Programa Mais Educação com o turno regular.

Mesmo realizando a contratação de professores via concurso de ingresso, temos vivenciado, nestes três anos de funcionamento, dificuldades no atendimento em jornada escolar ampliada, considerando que esta não deveria significar a mera ampliação das práticas curriculares que já são usuais. Isto é, não é oferecer “mais do mesmo”, mas sim ampliar o tempo para que outras possibilidades curriculares e novas oportunidades de aprendizagem possam ser oportunizadas. Para isto, a metodologia utilizada precisaria contemplar as necessidades dos estudantes.

No decorrer destes anos de funcionamento pode-se perceber que, para alguns professores, não é uma tarefa fácil trabalhar com as turmas de estudantes do Programa Mais Educação. A maioria destes professores tem experiência pedagógica com turmas do turno regular e as turmas do Programa Mais Educação são compostas por estudantes de turmas diversificadas. Embora a escola tenha cuidado na hora compor os grupos, buscando aproximar os estudantes por idade e interesse, nem sempre os grupos de estudantes são de uma mesma turma no turno regular, nem de uma mesma idade. Em geral, os grupos apresentam necessidades de aprendizagem diversificadas, o que exige do professor bastante criatividade, boa vontade e disposição na hora de elaborar o planejamento e executar as atividades.

³ No Anexo 2 encontram-se a relação das escolas, macrocampos e atividades escolhidas em 2012.

Temos observado que alguns professores encontram, desde então, dificuldades para desenvolver suas aulas de modo inovador e adaptado à proposta de educação integral. Outros, no entanto, conseguem alcançar este objetivo e garantir a aprendizagem, promovendo metodologias que, aliadas à pesquisa e boa vontade, têm trazido resultados bem significativos.

A Rede Municipal de Ensino de São José é composta por 27 Centros de Educação Infantil, 20 Entidades Conveniadas, 23 Centros Educacionais de Ensino Fundamental, 16 polos de Educação de Jovens e Adultos, 8 Escolas Profissionais, 2 Escolas Ambientais, 16 salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado e um Núcleo de Tecnologia Municipal. A Rede Municipal de Ensino atende atualmente mais de 26.000 estudantes.

A maioria dos Centros Educacionais está localizada na periferia de São José, onde grande parte das famílias encontra-se em situação de vulnerabilidade social. A fonte de renda destas famílias é o trabalho informal, sendo que a maioria dos lares é chefiado por mulheres. A oferta de vagas na educação infantil ainda é insuficiente para atender a demanda existente.

Em 2009 e 2010, treze Centros Educacionais do Ensino Fundamental realizaram o PDE-Escola por estarem com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica abaixo do esperado pelo Ministério da Educação. Por esta razão, estes centros aderiram ao Programa Mais Educação. Em 2011 mais duas escolas, além das anteriores, a partir da avaliação da Prova Brasil, não alcançaram o índice esperado, necessitando realizar o PDE Interativo, e, conseqüentemente, também passaram a se inserir no Programa.

Ao final de 2012, dos 23 Centros Educacionais de Ensino Fundamental, 14 atendem 1.400 estudantes em período integral (7 horas de atendimento) por meio do Programa Mais Educação. Três destas escolas oferecem, além do Programa Mais Educação, educação integral, que foi implantada no município em 2012, conforme descreveremos a seguir.

2.4 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ

Na responsabilidade que temos com o futuro - que só pode existir como presente transformado - as tarefas educativas podem ser lidas como centrais, pois nos ajudam a desenhar, em seus processos dinâmicos e permanentes, possibilidades outras para a vida em sociedade. Por meio de processos educativos podemos rever formas de ser e de estar no mundo, tecendo compromissos comuns em torno de utopias de fraternidade e de alegria compartilhadas (MOLL, 2004, p. 40).

A partir do Programa Mais Educação e da implantação deste na rede de ensino, sentiuse a necessidade, por parte do grupo diretamente envolvido, de buscar entender os principais

conceitos do Programa, que envolvem a questão do contraturno e da educação integral. Para isso, buscou-se reunir os envolvidos na implantação do Programa e buscar uma formação que pudesse auxiliar no desenvolvimento e na qualificação do mesmo.

Em 2010, este grupo participou, na Universidade Federal de Santa Catarina, de uma formação durante um período de 6 meses. Esta formação foi realizada por professores da Universidade e se deu através de diversas oficinas que auxiliaram o grupo a entender melhor como orientar e acompanhar as atividades realizadas na escola com os estudantes do Programa Mais Educação. Posteriormente, foi ofertado pela mesma Universidade um seminário sobre educação integral, com a participação de vários professores e pesquisadores envolvidos com a temática.

Em 2011, representantes da Secretaria de Educação foram convidados a participar da elaboração da ementa do curso de Especialização em Educação Integral, que foi ofertado em 2012. Neste, foi garantida uma vaga para um profissional por escola de São José, que estivesse diretamente envolvido no desenvolvimento do Programa Mais Educação, juntamente com dois representantes da Secretaria de Educação no município.

Estes encontros possibilitaram a elaboração de um projeto de educação integral para a rede de ensino de São José, já que era um consenso entre o grupo de educadores do município, diretamente envolvidos na execução e acompanhamento do Programa Mais Educação, que não bastava ampliar o tempo do estudante na escola oferecendo atividades no contraturno para alguns estudantes selecionados pelos critérios determinados pelo MEC. Considerou-se a possibilidade de ofertar educação integral para todos e para isso entendia-se, a partir dos estudos e da convivência com os professores, que precisava ser criada uma cultura do tempo integral na escola. Decidiu-se então iniciar pelos primeiros anos do ensino fundamental.

Para a elaboração deste projeto, durante o ano de 2011 foram realizados encontros semanais ou quinzenais com representantes da Secretaria de Educação, representantes da Escola de Educação Básica Altino Corsino da Silva Flores, onde o grupo solicitou que se iniciasse a educação integral, e professores da UFSC. Por vezes participavam ainda outras pessoas convidadas ou simpatizantes desta ideia.

Neste grupo discutiu-se sobre educação, trouxeram-se exemplos e pesquisas realizadas nos municípios e em países nos quais a educação integral já acontece. A partir de então, foi elaborado um projeto, inicialmente para esta escola, com início em 2012 nas turmas de primeiros, segundos e terceiros anos, sendo a cada ano acrescentado mais um grupo. Em 2013

foram incluídas as turmas 4ºs anos, em 2014 serão incluídos os quintos anos e assim sucessivamente.

A inclusão de todos os alunos da escola -- começando por todas as turmas dos anos iniciais para ir gradativamente ampliando a jornada de toda a escola -- **é condição para a integração entre disciplinas, novas tecnologias e metodologias de aprendizagem**, todas inovações pedagógicas previstas na LDB e nas diretrizes curriculares (SÃO JOSÉ, 2012, p. 1).

O projeto elaborado segue a proposta pedagógica do município. Foram incluídas na matriz curricular, além das disciplinas da base comum, duas aulas semanais de xadrez, música, dança e artes. A proposta traz como eixo metodológico articulador do currículo 'Artes e Mídias'.

Aos professores foi garantida uma formação contínua semanal, todas as quartas feiras à tarde, quando o grupo se reúne para estudar, avaliar e planejar.

As turmas integrais permanecem na escola 9 horas diárias, incluindo o horário do almoço, totalizando cinco refeições diárias. Quando o projeto foi apresentado ao grupo gestor da Secretaria de Educação, naquele momento, entendeu-se que o mesmo deveria iniciar não somente em uma escola mais que seria implantado em 3 escolas, que são: CEM Santa Terezinha, CEM São Luiz e Escola Básica Municipal Altino Corsino da Silva Flores. Durante todo o ano de 2012 foram realizados também encontros mensais com as direções e equipes pedagógicas destas três escolas para que socializassem, discutissem e avaliassem esta implantação. Muitas angústias também foram compartilhadas, afinal, ninguém sabia fazer educação integral. Fomos aprendendo na medida em que fomos vivendo e, por meio desta vivência, fomos modificando a prática e incorporando novas experiências, compartilhando as vivências e os saberes. Estávamos construindo um novo modelo de fazer escola, a princípio com muitas críticas e desconfiança do grupo de professores, mas, com o decorrer do ano, todos foram se sentindo mais seguros, podendo verificar os resultados.

Ao final do ano de 2012 foi promovido um encontro no qual estas escolas puderam socializar o trabalho para as demais escolas da rede e também avaliar conjuntamente seus resultados. Nesta ocasião, consideramos que este trabalho não só trouxe um grande avanço para as escolas, segundo a avaliação dos docentes e familiares, como também foi reconhecido pela rede de ensino pois, ao final de 2012, foi assinado o decreto de N° 37.352/2012 que instituiu a educação integral como política do município

Embora já tenhamos indícios de que esta experiência de educação integral traga resultados interessantes, esta é bastante recente e ainda temos poucos elementos para sua

avaliação. Por esta razão, e pelo fato de que a educação integral ampliada a todos os alunos, como já acontece em três escolas da rede de São José, conforme descrito anteriormente, teve sua origem nas primeiras experiências associadas ao Programa Mais Educação, este trabalho foca o desenvolvimento e as implicações deste Programa. A seguir, passamos, portanto, a analisar seus princípios educativos.

3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: DIRETRIZES E PRINCÍPIOS

O Programa Mais Educação, criado partir da Portaria Interministerial nº 17 de abril de 2007, firmada entre os Ministérios da Educação, da Assistência Social, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Meio Ambiente, tem por intenção atender inicialmente estudantes do ensino fundamental das escolas de baixo IDEB, com a contribuição dos projetos sociais desenvolvidos por estes Ministérios.

O Programa não propõe apenas o aumento do tempo de permanência na escola, mas principalmente qualificar o ensino. Propõe uma educação que integre os conteúdos escolares tradicionais com o desenvolvimento de atividades artísticas, esportivas e culturais.

Jaqueline Moll, diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação defende que ampliar o tempo na escola não significa fazer mais do mesmo, mas: [...] garantir aprendizagens e reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominante nas práticas escolares (MOLL, et al. 2012, p.133).

O Programa “visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar” (BRASIL, 2007). Em 2009, foram publicados cadernos que compõem a trilogia de educação integral. Estes cadernos apresentam os fundamentos do Programa, bem como a forma para efetiva-los e ainda possibilidades para sua implantação.

O primeiro caderno que compõe a Série Mais Educação intitula-se Gestão Intersetorial no Território e apresenta a proposta de gestão do Programa, sua estrutura organizacional e operacional. Considera ainda o conjunto de programas, projetos e ações dos Ministérios que o compõem a Intersetorialidade.

O documento tem como premissa apresentar a intenção do governo federal em convergir as políticas públicas, interligando diversos Ministérios e a iniciativa privada por meio da disponibilização de recursos financeiros para a efetivação da educação integral no Brasil. Procura ainda apresentar ações promovidas pelo governo para construir um plano de educação que alinhe os princípios constitucionais e a política nacional de educação. Apresenta o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) como um plano executivo organizado em torno de quatro eixos norteadores que envolvem a educação nos diferentes níveis e programas. Entre eles destaca-se o Programa Mais Educação, cuja finalidade, segundo o documento é: “[...] expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento

de um lado e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade de outro” (BRASIL, 2007, p. 11).

Um dos princípios deste primeiro caderno é a Intersetorialidade, apresentada como uma forma de gestão que busca envolver todas as políticas governamentais na elaboração de ações eficazes para garantir a educação integral de crianças, adolescentes e jovens. Propõe que a proposta inicial de implantação do Programa Mais Educação apresente, em sua proposta, a articulação entre diferentes programas setoriais que vão se organizando a partir do monitoramento e avaliação constante.

Para esta efetivação, conta-se com recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que prevê um percentual a mais para a educação em tempo integral e também a valorização dos profissionais da educação.

Segundo o caderno, para concretizar tais premissas foi criado em 2007 o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, sendo instituído pelo Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007 que tem por objetivos conjugar esforços da união, estados, municípios, famílias e comunidade em prol da melhoria da educação básica.

Este plano expressa o compromisso de diferentes gestores da esfera pública para colocar em prática as diretrizes do PDE estabelecidas até o ano de 2021. Entre estas diretrizes está a alfabetização obrigatória das crianças até aos oito anos de idade e ainda outras 28 diretrizes voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.

O documento apresenta o IDEB como referência para programas de educação e orienta que este deve ser um ponto de partida fundamental para o Programa, embora não seja suficiente para responder as metas e propostas da educação integral. Apresenta ainda o Fórum Interministerial Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17 e 24 de abril de 2007, cujo objetivo principal é promover a articulação interinstitucional e a cooperação técnica entre Ministérios e secretarias federais, governos estaduais e municipais. O Fórum tem um caráter normativo e deliberativo pois prevê a organização dos comitês Mais Educação, com a intenção de reunir diferentes atores institucionais para fortalecer a política de educação integral. O caderno finaliza apresentando o quadro com a composição de diferentes programas ministeriais com data de início e a síntese de cada um deles, os objetivos e os critérios para participação de cada município.

O segundo caderno que compõe a trilogia, o Texto Referência para o Debate Nacional, de 2009, procura auxiliar na reflexão da construção do debate nacional sobre educação integral. Faz um resgate histórico e apresenta a educação integral no Brasil, apontando experiências bem sucedidas em educação integral. Cita a intenção do governo federal de

construir uma articulação entre as políticas públicas envolvendo a construção de parcerias intersetoriais e intergovernamentais para que se construa no país uma agenda de educação integral.

Outra preocupação presente no caderno é justificar a importância da educação integral no contexto nacional brasileiro, associada à necessidade em investir na escola pública e garantir não só o direito à escola, mas à permanência e à aprendizagem.

O direito à educação de qualidade é elemento fundamental para a ampliação e para a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia e a escola pública universal materializa esse direito (BRASIL, 2009, p. 13).

O documento traz para o debate o conteúdo dos diversos documentos legais associados à educação integral, citando desde a Constituição Federal no seu artigo 205, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente, O Plano Nacional de Educação, Lei 10.172, e ainda o FUNDEB, que amplia a possibilidade de oferta da educação integral, ao diferenciar os coeficientes de remuneração por matrícula, não apenas por modalidade e etapa da educação básica.

Valorizar os conhecimentos trazidos pelos estudantes e das comunidades onde estes estão inseridos é outra premissa defendida por este documento, como podemos verificar na citação da página 27 do referido documento:

Pode-se dizer, conforme Guará (2006), que conceber a perspectiva humanística da educação como formação integral implica compreender e significar o processo educativo, como condição para a ampliação do desenvolvimento humano. Em suas reflexões sobre Educação Integral, a referida autora destaca que para garantir a qualidade da educação básica é preciso considerar que a concretude do processo educativo compreende, fundamentalmente, a relação da aprendizagem das crianças e dos adolescentes com a sua vida e com sua comunidade. Para dar conta dessa qualidade, é necessário que o conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar também inclua práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que estão na base da vida cotidiana e que, articulados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade (BRASIL, 2009, p. 27).

O caderno propõe que a aprendizagem seja compreendida sob uma perspectiva integral, na qual os saberes escolares estejam a serviço do desenvolvimento integral do estudante. Propõe não somente um novo currículo e um novo projeto arquitetônico para a escola contemporânea, como também trabalhar com as diversas formas de informação e intensificar o investimento na leitura, no diálogo e na reflexão, a fim de que a escola amplie o universo cultural dos estudantes.

Neste sentido, outra diretriz do Programa é o conceito de cidade educadora, que propõe transformar a escola em uma comunidade de aprendizagem, ampliar a noção de sala de aula, possibilitar novas formas de conhecer e aprender. Numa comunidade de aprendizagem, o diálogo legitima o projeto educativo, leva em conta os saberes oriundos de diferentes contextos como possibilidade de aproximar a escola da vida. Defende-se um projeto pedagógico aberto à participação e à gestão compartilhada, encurtando a distância entre escola e comunidade, promovendo a articulação entre diferentes saberes, valorizando as experiências comunitárias, ampliando a responsabilidade de educar para além da escola. Numa comunidade de aprendizagem, todos os espaços da cidade e do bairro são educadores, como as praças, os museus, o teatro, cabendo à escola articular um projeto para sua utilização, considerando os tempos, os espaços, os sujeitos e os objetos de conhecimento. Neste sentido, o documento comenta que:

[...] em uma comunidade de aprendizagem, todos os espaços são educadores – toda a comunidade e a cidade com seus museus, igrejas, monumentos, locais como ruas e praças, lojas e diferentes locações – cabendo à escola articular projetos comuns para sua utilização e fruição considerando espaços, tempos, sujeitos e objetos do conhecimento (BRASIL, 2009, p. 35).

O terceiro caderno da trilogia Série Mais Educação, é Rede de Saberes Mais Educação: Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral. O caderno afirma que a escola é a única responsável por elaborar um projeto de educação integral capaz de pensar a articulação entre políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências, tornando a educação integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo.

O documento orienta a construção de um currículo que possa incluir saberes e vivências das comunidades em torno da escola e que promova a construção de parcerias intersetoriais e intergovernamentais. Sugere caminhos para a elaboração de uma proposta pedagógica de educação integral por meio de diálogo entre saberes escolares e comunitários.

Os caminhos apresentados no caderno são representados em forma de mandalas de saberes, muito bem desenhadas e coloridas, que devem buscar a valorização das diversas realidades dos territórios brasileiros. Segundo os autores do caderno, a mandala foi escolhida pelo grupo por “representar inúmeras possibilidades de trocas, diálogos e mediações entre escola e comunidade” (BRASIL, 2009, p. 23).

A primeira mandala apresentada no caderno é a Mandala de Saberes do Programa Mais Educação, que apresenta a integração entre três grupos de saberes, cada um deles com suas mandalas específicas, ou seja, Saberes Escolares, Saberes Comunitários e Programas do Governo Federal.

A mandala dos Saberes Escolares apresenta o indivíduo em seu centro e a interligação entre este, habilidades e os componentes curriculares. Interligando a esta mandala está a mandala dos Saberes Comunitários, que indica as diversas práticas sociais características das comunidades, que devem ser valorizadas na escola. Interligadas às duas anteriores, está a mandala dos Programas do Governo Federal, que apresenta os macrocampos, assim como atividades e programas de governo que associam escola e comunidade.

De modo geral, o caderno defende a participação de atores diretamente envolvidos na rede escolar, com seus saberes e vivências, que precisam ser respeitados e valorizados nos projetos pedagógicos das instituições de ensino. Pressupõe ainda o diálogo como possibilidade de superar os desafios históricos da educação pública. Defende a transformação da escola em espaço onde a cultura local possa dialogar com os saberes escolares, sendo assim capaz de possibilitar a elaboração de um paradigma de educação integral que reúna diversas áreas, experiências e saberes, como podemos identificar na página 14 do referido documento:

A metodologia para educação integral apresentada aqui pode ser compreendida como um instrumento de diálogo e troca entre os saberes de escolas e comunidades. Acreditamos que as escolas no Brasil só têm a ganhar se buscarem se abrir para as vivências comunitárias, assim como as comunidades para suas escolas; dessa forma, esperamos poder formular saberes diferenciados, ou seja, saberes diferentes dos originais. Queremos uma educação integral em que as diferenças e saberes possam desenvolver condições de mútuas influências e negociações sucessivas. Uma educação integral estruturada a partir de um conceito de integralidade, que supere termos como “contraturno” e “atividades complementares”, bem como saberes escolares e saberes comunitários (BRASIL, 2009, p. 14).

Segundo o caderno Rede de Saberes, a escola não está acostumada a reconhecer a cultura das comunidades às quais os estudantes pertencem, nem as comunidades como territórios culturais, pois não é reconhecido o universo cultural ao qual o estudante pertence. Aponta que, se queremos uma educação integral que integra culturas e saberes diversos, é necessário observar se estamos abertos a outras experiências curriculares, numa perspectiva intercultural.

Segundo os documentos apresentados neste capítulo, estes foram elaborados com a intenção de justificar a importância da educação integral no contexto brasileiro, bem como de valorizar a escola e os sujeitos que nela estão envolvidos com a intenção de garantir o direito à permanência e à aprendizagem.

No capítulo seguinte será apresentada a pesquisa realizada com os estudantes e seus professores, como também a análise a partir das respostas obtidas.

4 A PESQUISA

Se educamos sem dialogar com os saberes que os alunos trazem para a escola, estaremos contribuindo para dificultar as suas aprendizagens e para aumentar os índices de exclusão escolar. Portanto inviabilizamos a inclusão educacional, cultural, social e política, dificultamos superação da desigualdade social e da violência que hoje ganha fôlego na sociedade mundial, e a manutenção e a conquista de novos direitos sociais, econômicos e políticos. E uma das maneiras de enfrentarmos estes desafios é investirmos mais tempo e energia, com rigor, seriedade e sempre com muita música e alegria, no que temos chamado de educação integral (Paulo Roberto Padilha).

Esse capítulo tem a intenção de apresentar e analisar o resultado dos questionários aplicados a 120 alunos e seus professores regentes das escolas que oferecem o Programa Mais Educação (PME) no município de São José, com o intuito de investigar as relações entre os alunos e o currículo escolar no contexto deste Programa.

Os estudantes que participaram da pesquisa foram os que frequentam o Programa há três anos ou mais. A seleção destes, segundo o critério apresentado acima, foi feita pela escola. O questionário foi aplicado no final do mês de novembro de 2012 nas 12 escolas que participavam do Programa naquele ano, com a colaboração dos professores coordenadores. A aplicação dos questionários com os estudantes foi muito tranquila, pois estes prontamente se colocaram disponíveis. Assim, 119 estudantes responderam, sendo que algumas perguntas não foram respondidas por todos os estudantes.

Abaixo apresentamos um quadro no qual podemos visualizar, nestas 12 escolas, a quantidade de matrículas dos alunos no ensino fundamental e a quantidade de alunos que participam do PME.

Quadro 1: Dados sobre os alunos matriculados nas escolas.

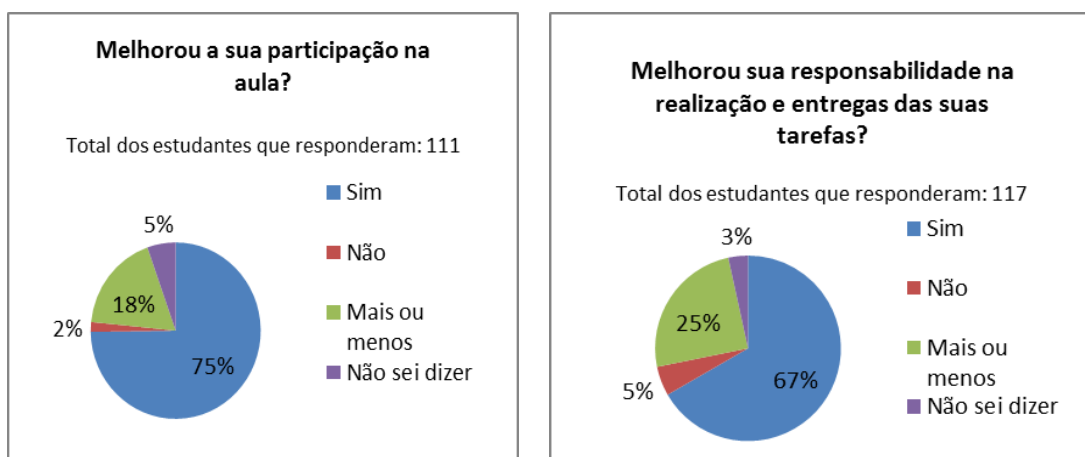
Centro Educacional	Total de alunos matriculados no Ensino Fundamental	Quantidade de alunos inseridos no Programa Mais Educação
Antônio Francisco Machado	1256	135
Vilson Kleinubing	903	115
Altino Flores	392	221
São Luiz	186	150
Araucária	483	125
José Nitro	155	100
Vila Formosa	321	123
Renascer	340	120
Jardim Solemar	355	123
Maria Hortência Pereira Furtado	288	100
Morar Bem	461	150
Santa Terezinha	357	244

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Como podemos visualizar no quadro acima, em algumas escolas a quantidade de alunos que frequentam o Programa Mais Educação é bem significativa, representando quase que a totalidade das matrículas no Ensino Fundamental. Somente em duas escolas a quantidade de alunos participantes do Programa é pequena com relação ao total de matrículas

A seguir, iremos mostrar os gráficos com os resultados quantitativos a respeito de quatro categorias principais, em torno das quais agrupamos as respostas ao questionário.

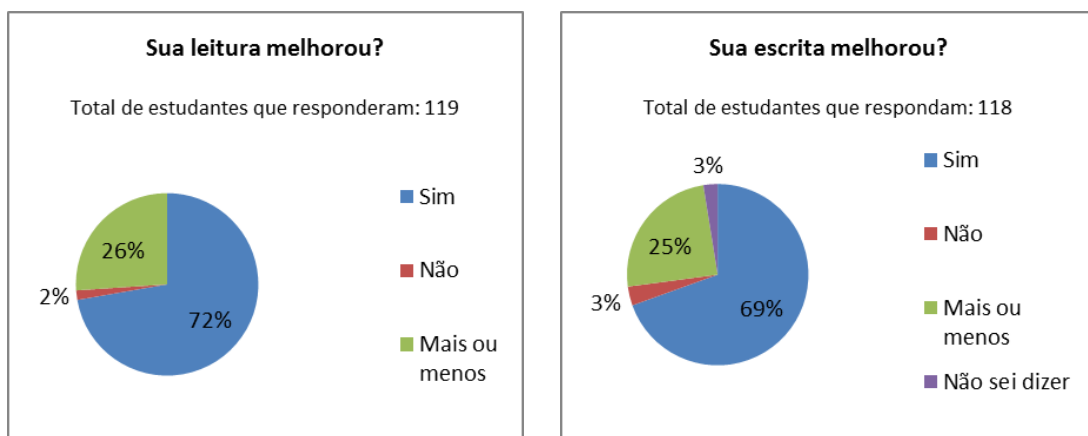
A primeira categoria refere-se à relação dos alunos com o trabalho pedagógico, que associamos às seguintes questões, conforme ilustrado abaixo:

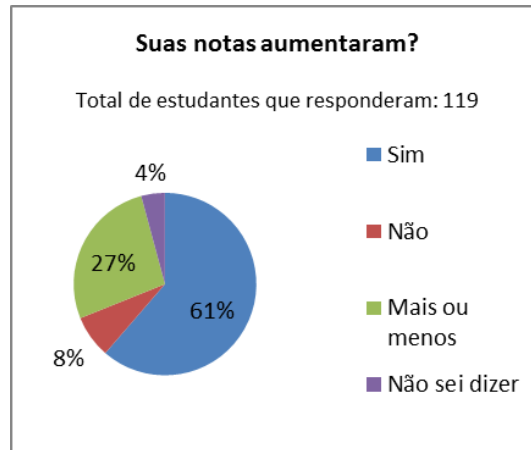


Fonte: dados primários, 2013.

Do total dos estudantes que responderam, um percentual significativo considera que estar no PME tem contribuído para melhorar a participação nas aulas e a responsabilidade na realização e entrega das tarefas escolares.

A segunda categoria a ser analisada está relacionada ao aproveitamento escolar em relação à leitura, escrita e resultados das notas:

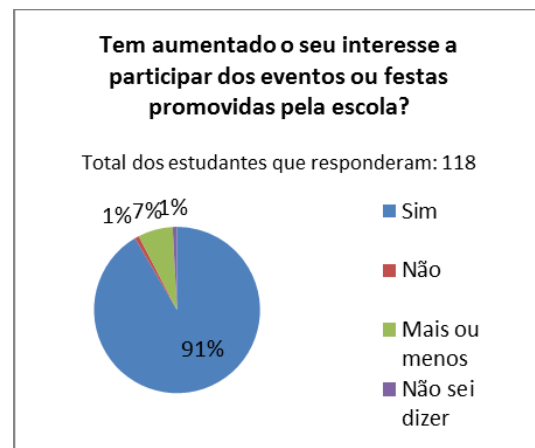
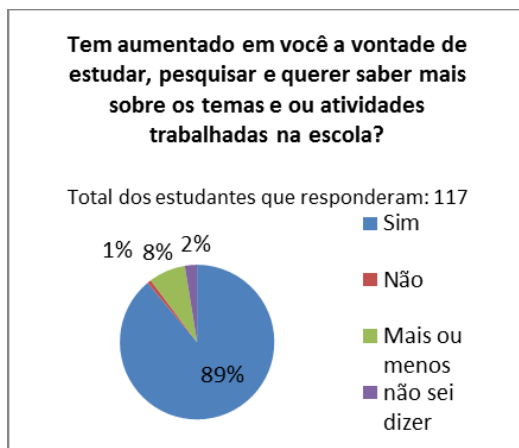


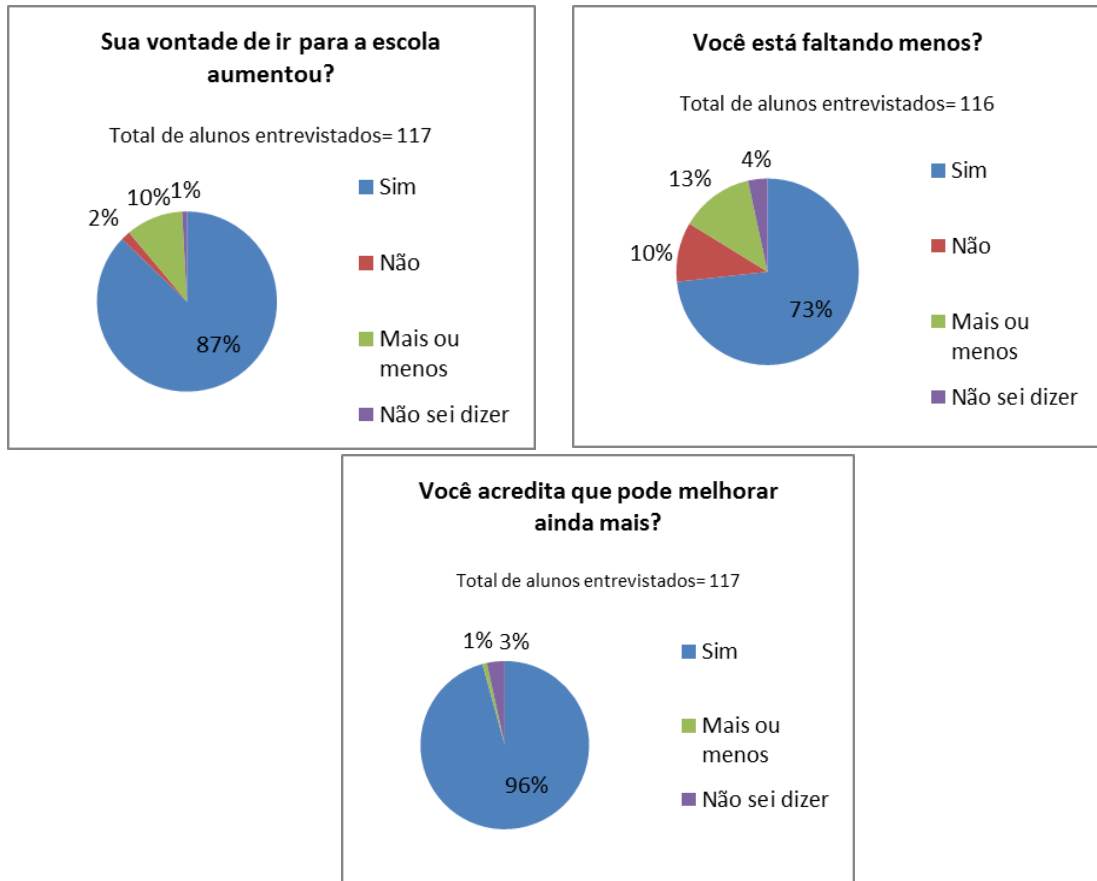


Fonte: dados primários, 2013.

Por estas respostas, notamos que a maioria dos estudantes considera que estar participando do PME tem contribuído para melhorar a leitura, a escrita e suas notas. Um percentual significativo de alunos, próximo de trinta por cento, não consegue afirmar exatamente se houve melhora ou não e apenas um número muito reduzido considera que não.

A terceira categoria se refere ao que denominamos de motivação para aprender, isto é, se os estudantes consideram que participar do Programa tem aumentado seu interesse em participar e se envolver nas atividades escolares. Os gráficos abaixo se relacionam com esta categoria:





Fonte: dados primários, 2013.

Nesta terceira categoria verifica-se, a partir das respostas dos estudantes, que permanecer mais tempo na escola tem possibilitado querer saber mais e a participar mais da escola. Os documentos de referência do Ministério da Educação para o Programa orientam que a escola deve reorganizar seus tempos e espaços bem como garantir no seu projeto pedagógico a participação dos sujeitos para que estes se sintam parte da escola e valorizados por ela. Pressupomos que a escola vem procurando se reorganizar e se aproximar da linguagem dos estudantes, pois, de acordo com as respostas, estes se sentem incluídos e valorizados.

Podemos pressupor que o interesse dos alunos em relação ao processo de aprendizagem, indicado por meio desta categoria, se deve à diversificação curricular e também à organização do trabalho pedagógico, já que temos, no contraturno, atividades desenvolvidas em outros espaços tais como sala de artes, dança, auditórios, etc.

Como salienta Padilha (2012, p. 196),

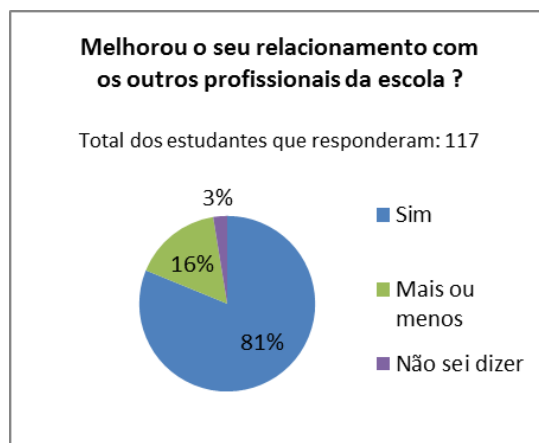
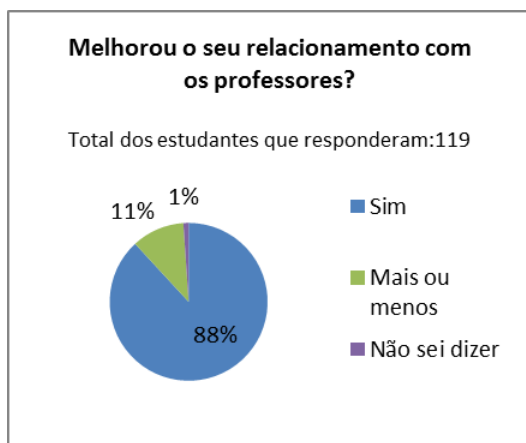
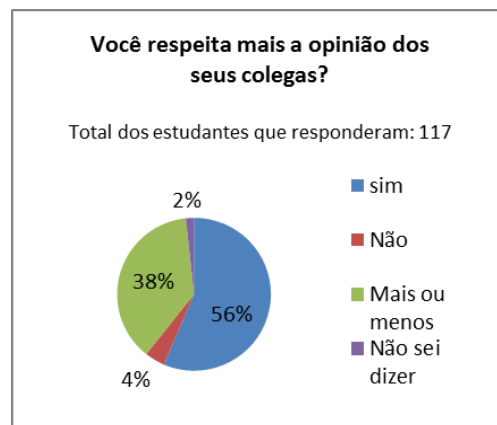
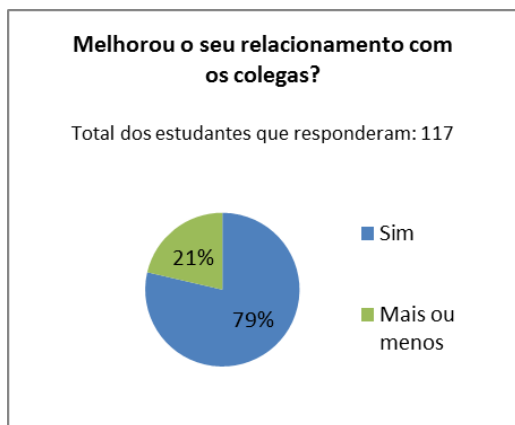
O currículo da escola, que antes era apenas um recorte ou então sinônimo de conteúdo escolar, apresenta-se agora como um processo amplo, complexo, que deve considerar não apenas o que se deve saber, mas o como e também o para que

aprender, porque aprender e mesmo quem deve aprender este ou aquele conhecimento.

Compreendemos ainda, a partir dos dados dos gráficos da categoria acima, que os estudantes se sentem motivados em relação à aprendizagem e acreditam que podem melhorar, reconhecendo que já conquistaram avanços e que são capazes de buscar outras conquistas. Visualizam no PME a possibilidade de inclusão e isto faz com que se sintam integrados, com chance de permanecerem na escola.

Consideramos o fato de que os estudantes acreditam em si mesmos e sentem-se capazes de aprender um fator importante associado aos resultados do Programa, já que esta questão se refere à autoestima destas crianças e jovens, até então reconhecidos na escola pelo fracasso escolar, pela repetência e incapacidade em aprender.

A quarta categoria está relacionada ao convívio entre pares, que associamos às seguintes questões:



Fonte: dados primários, 2013.

Nas respostas dos estudantes o que mais nos chama a atenção é que eles reconhecem que a inserção no Programa auxiliou na melhora do convívio com os seus colegas, professores e outros profissionais da escola, o que, segundo as hipóteses aqui consideradas, revela uma considerável melhoria na aprendizagem. Consideramos este fato especialmente relevante, já que os alunos que frequentam Programa são aqueles que chamam atenção por algum motivo, seja pela dificuldade de aprendizagem, distorção idade série, vulnerabilidade social e muitos destes também apresentam indisciplina.

Podemos inferir que esta melhora do convívio no ambiente escolar pode dever-se, em parte, à ampliação do tempo, assim como à forma de organização das atividades escolares. Conforme Moll et al. (2012, p. 133),

Trata-se portanto, de ampliar o tempo de permanência na escola, garantir aprendizagens e reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominante nas práticas escolares.

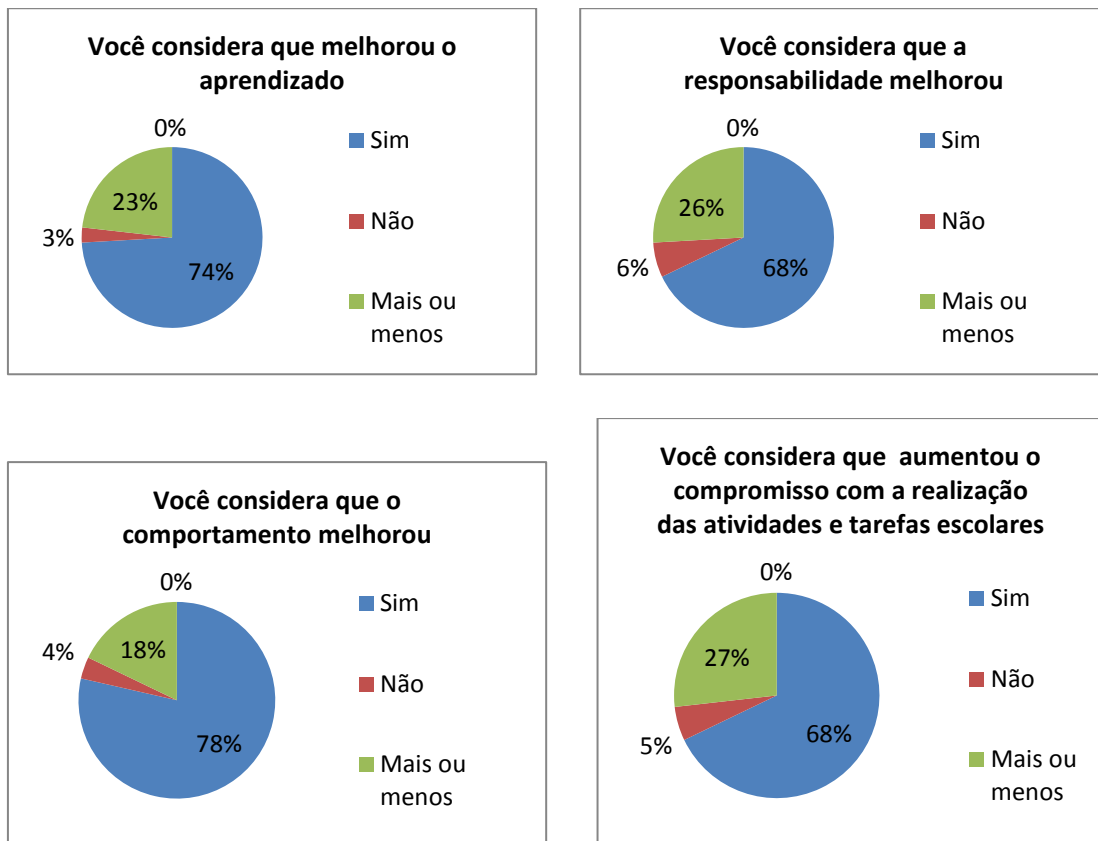
O segundo conjunto de questionários se refere à participação dos professores. Foram elaboradas 13 perguntas relacionadas à aprendizagem, no sentido amplo, que inclui diversos aspectos do currículo. Cada professor regente do turno regular respondeu as perguntas relacionadas a cada estudante da sua turma que está inserido no PME e que já havia respondido, anteriormente, o questionário destinado aos estudantes. Isto é, para cada questionário respondido por um estudante, há um questionário respondido pelo professor em relação a este aluno.

A intenção desta organização dos questionários foi verificar se os professores consideram ou não, que houve avanço na aprendizagem de cada aluno, após sua inserção no PME para, eventualmente, confrontar estes dois pontos de vista. Devido aos limites deste trabalho, este confronto não faz parte da análise aqui apresentada e poderá ser fruto de análises posteriores.

Em duas escolas os professores regentes se recusaram a responder e, para não comprometer os resultados, os professores coordenadores, que também já acompanham estes estudantes desde que iniciaram no Programa, responderam as perguntas.

As respostas dos professores foram agrupadas segundo as mesmas categorias da análise do questionário dos estudantes, embora o enunciado das questões difira um pouco, já que o questionário destinado aos professores se refere a cada estudante do Programa Mais Educação. As categorias são: relação do aluno com o trabalho pedagógico; aproveitamento escolar; motivação para aprender e relações entre os pares.

A primeira categoria refere-se à relação dos alunos com o trabalho pedagógico.

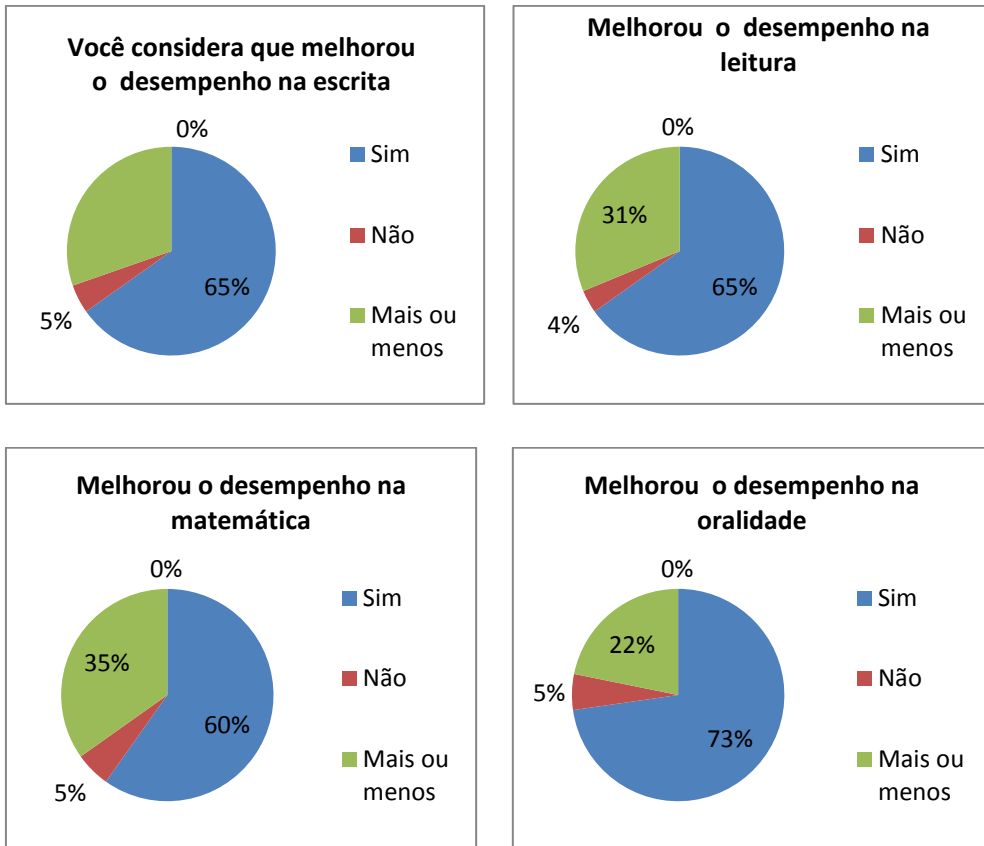


Fonte: dados primários, 2013.

Como podemos visualizar, as respostas indicadas nos gráficos apontam que a grande parte dos professores, isto é, 80% em média, consideram que a inserção do estudante no PME tem contribuído em relação aos quatro aspectos considerados (aprendizagem, comportamento, responsabilidade e compromisso em relação às tarefas).

Em relação às tarefas, o número de professores que respondeu 'mais ou menos' é considerável (27%). Se observarmos a mesma pergunta no questionário dos estudantes, o percentual apontado pelos estudantes é bem semelhante ao apontado pelos seus professores (25%). Ou seja, ambos, professores e estudantes, reconhecem que um percentual considerável não melhorou de maneira tão significativa, o que pode indicar que este é um aspecto de difícil incremento no trabalho pedagógico escolar.

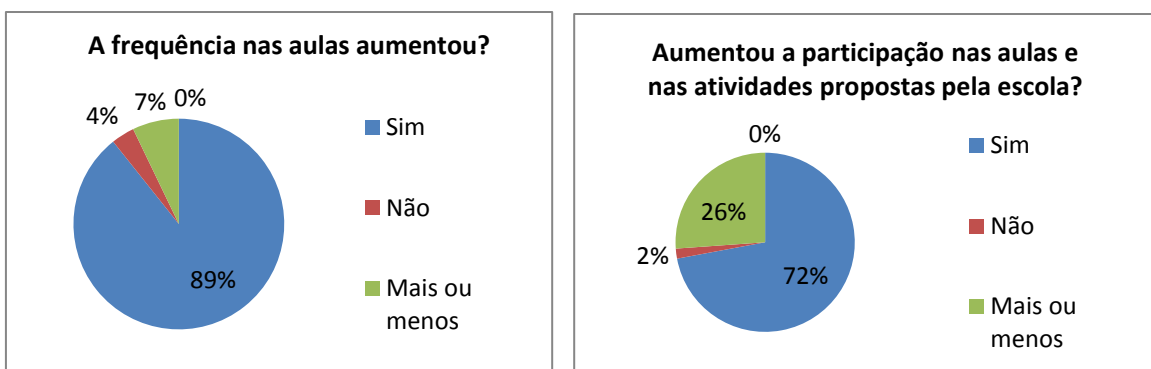
A segunda categoria está relacionada ao aproveitamento escolar. A intenção era verificar se os professores regentes observam que, a partir da inserção no PME, os estudantes apresentam melhora no desempenho em relação aos conteúdos curriculares do turno regular.



Fonte: dados primários, 2013.

Na interpretação dos gráficos acima podemos entender que, segundo os professores, o PME tem contribuído para melhorar o desempenho dos alunos na sala de aula, indicando que houve melhora na aprendizagem de 65% dos casos, em média, entre as quatro questões. Os professores consideram que somente uma quantia muito pequena, isto é, 5%, em média, não avançou em nenhum dos itens avaliados.

Em relação à terceira categoria, que denominamos de motivação para aprender, apresentamos os resultados abaixo:

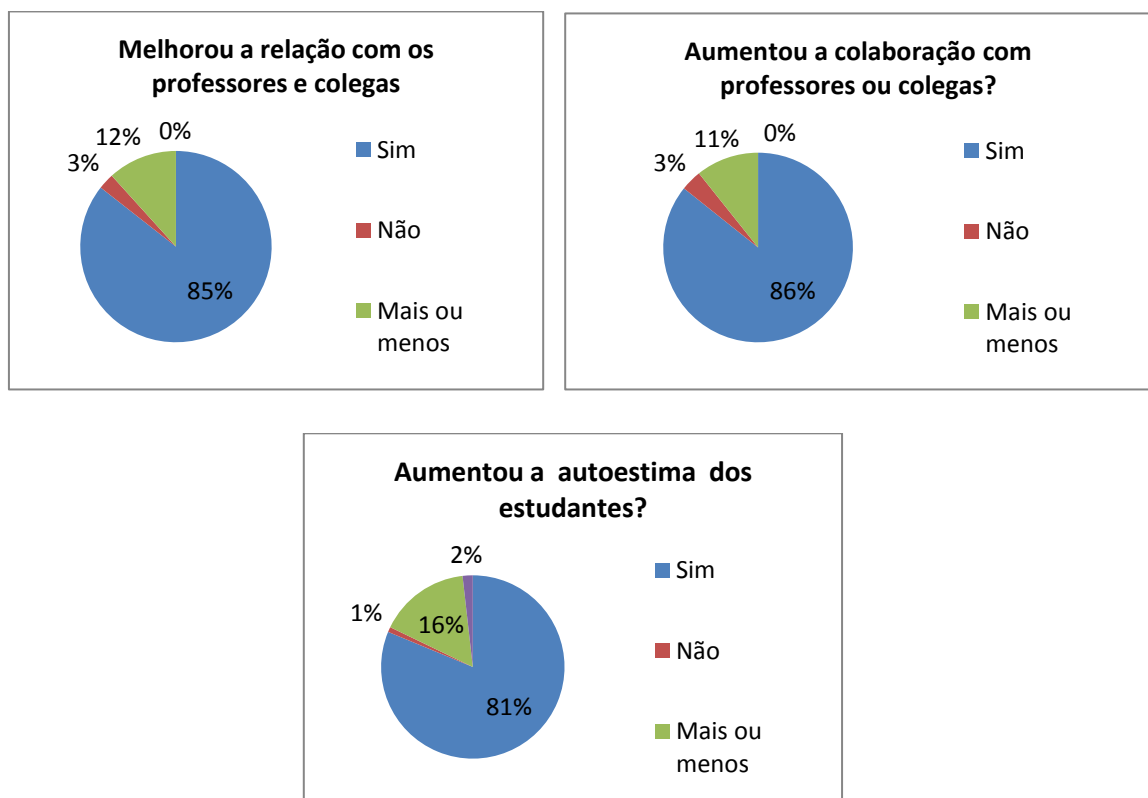


Fonte: dados primários, 2013.

O gráfico relacionado à frequência nas aulas nos chama a atenção, pois os professores consideram que a infrequência diminuiu muito com a participação do aluno no Programa. No entanto, quando esta mesma pergunta foi feita aos alunos, o percentual apontado por eles (73%) foi inferior ao percentual apontado pelos professores (89%). Este resultado parece indicar que nem todos os alunos relacionam diretamente estar no PME com a frequência nas aulas.

Em relação à questão sobre a participação nas aulas e demais atividades escolares, os professores também consideram que a participação nas aulas e atividades propostas pela escola teve um aumento bem significativo.

A quarta e última categoria refere-se à relação entre pares, na qual incluímos a questão sobre a autoestima, compreendendo que esta se constrói e ao mesmo tempo resulta das relações interpessoais.



Fonte: dados primários, 2013.

Desta última categoria podemos concluir, a partir das respostas dos professores, que a qualidade das relações interpessoais teve significativa melhora, contribuindo para a colaboração e revelando-se como aumento da autoestima.

Concluimos afirmando que o conjunto de categorias, aqui consideradas como elementos constitutivos da aprendizagem, teve significativo incremento, tanto do ponto de vista dos professores como do ponto de vista dos próprios alunos. Podemos inferir daí que todas as atividades desenvolvidas no Programa, incluindo os conteúdos curriculares habituais e ainda atividades como a dança, a música, o esporte, a capoeira, o xadrez, a cerâmica, o apoio pedagógico, tem de fato contribuído para construir nos estudantes a certeza de que são capazes de aprender, colaborar e participar da vida escolar com mais desejo e envolvimento.

Os corpos se movem, as vozes ecoam, afinam-se, os sons das flautas irmanam-se no universo e tocam nossas emoções. Mover-se corporalmente é mover-se também intelectualmente. Se acreditarmos no que nos ensinou Vygotsky; que é o signo visual inicial que contém a futura escrita, assim como a semente contém o futuro carvalho, então acreditaremos que letrar-se, fazer-se letrado passa pelo corpo e nos movimentos da dança, ou nas andanças pelos espaços vão se produzindo os alfabetismos, os letramentos, pelos caminhos da alegria cultural e das humanidades (ÁVILA, 2012, p. 265).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Mais Educação, estratégia do governo federal para a implantação gradativa da educação integral nos países, tem como princípio valorizar os estudantes e as comunidades nas quais que estes estão inseridos. Propõe que a escola se abra para a comunidade e valorize a cultura local, que construa um projeto pedagógico que leve em conta os saberes dos sujeitos envolvidos e seja um espaço vivo de conhecimento reconhecido e valorizados por todos que dela fazem parte. Propõe o diálogo como possibilidade de construção de uma escola inclusiva. Propõe ainda que a escola resgate aqueles que, em determinados momentos, foram excluídos, contribuindo com o cenário da repetência, da evasão e da distorção idade-série. Procura oferecer outras possibilidades educativas por meio da música, da dança, das artes, com intuito de resgatar os que mais precisam da escola e incluí-los para que, devidamente valorizados, se sintam partícipes do processo educativo e possam assim contribuir para mudar o cenário da educação no país.

Participar da implantação do Programa Mais Educação em São José tem sido a oportunidade de contribuir para auxiliar aqueles estudantes que se sentem excluídos pela escola ou que se veem como incapazes de aprender. Aqueles que, ao longo do percurso curricular, foram sendo esquecidos e reconhecidos como incapazes de aprender. Na minha trajetória enquanto educadora sempre acreditei que todos são capazes de aprender, basta acreditarmos e mostrarmos, através das nossas atitudes e ações, que todos podem e são capazes de vencer os desafios.

Na coordenação do Programa, durante este tempo de implantação, muitos desafios foram postos, principalmente porque o tempo ampliado tem sido ofertado àqueles que mais incomodam na escola e que, do ponto de vista estritamente associado aos resultados das avaliações, não evidenciam boa aprendizagem. Entretanto, considero que falta de aprendizagem também significa incapacidade da escolar em possibilitar aquilo que possa atender às necessidades dos alunos. Ou significa ainda as dificuldades próprias da escola em lidar com a aprendizagem em um sentido mais amplo.

Por esta razão, ampliamos o sentido da aprendizagem de modo a abarcar diversos aspectos associados ao compromisso, às relações interpessoais, ao interesse em conviver na escola, além do estudo dos conteúdos curriculares. Nesta perspectiva, a pesquisa realizada com os estudantes e seus professores contribuiu para evidenciar que estes diversos aspectos tiveram melhora bastante considerável.

Retomando a problemática desta pesquisa (considerando a aprendizagem como o conjunto de relações estabelecidas entre o aluno e o currículo escolar, o Programa Mais Educação, implantado desde 2010 na rede de ensino municipal de São José, tem contribuído para a melhoria na aprendizagem?), diante das respostas dos questionários, é possível afirmar que a aprendizagem, neste sentido mais amplo, foi, sim, incrementada. Podemos inferir que, quando são oferecidas oportunidades e quando são valorizados os sujeitos, estes são capazes de mostrar resultados que antes não se verificavam, o que se evidencia na vontade de participar, relacionar-se melhor com os pares e valorizar a escola.

Como mencionamos anteriormente, devido aos limites deste trabalho, não foi possível explorar todas as possibilidades de análise das respostas dos questionários, como o cruzamento entre questionários de alunos e de seus respectivos professores, ou ainda as respostas das questões discursivas. Estes seriam, portanto, indicativos de uma necessária continuidade e aprofundamento deste trabalho inicial.

Ressaltamos ainda que este trabalho enfocou um aspecto da educação integral, a questão da aprendizagem em uma dimensão mais ampla, mas há diversas outras diretrizes importantes no Programa, conforme indicamos no capítulo 3, que precisariam ser acompanhadas e avaliadas e que poderiam tornar-se também elementos para uma possível continuidade da pesquisa.

Acompanhando o desenvolvimento dos estudantes nas escolas e conhecendo a realidade na qual muitos se encontram, e ainda a partir da contribuição das análises aqui apresentadas, afirmo que a educação integral possibilita resgatar a valorização da escola pública e a oportunidade de oferecer uma educação que contemple não só os conteúdos curriculares tradicionais, mas outras opções curriculares como a dança, a música, a arte, os esportes. Oportunidades estas que a maioria deles não teria fora da escola. A educação integral pode oportunizar a todos o convívio em uma escola melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. **O Papel da Pesquisa na Formação dos Professores**. Campinas, SP: Papius 2001.

ANTUNES, Angela. **Educação Cidadã: Educação: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Educação Cidadã).

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, outras Pedagogias**. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e auto imagens. In: ARROYO, Miguel. **Currículo, Território Em Disputa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

ÁVILA, Ivany Souza. Por entre olhares, danças, andanças, os alfabetismos, letramentos na perspectiva da educação integral. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito á outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 258-266.

BELLONI, Maria Luiza. **Crianças e Mídias no Brasil: Cenários de mudança**. São Paulo: Papius, 2010.

BRASIL. **lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial n. 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Manual de educação integral para obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no exercício de 2008**. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/sme/paginas/.../manual_educacao_integral.p>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Programa Mais Educação: gestão Intersetorial no território**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maieducacao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Educação Integral: Texto Referência para o Debate Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2009b. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Brasília: Ministério da

Educação, 2009c. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CANDAU, V.; MOREIRA, M. A. **Indagações sobre currículo**, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da Educação Integral na Política social. **Caderno CENPEC: Educação, cultura e ação comunitária**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 07-13, 2006.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

CAVALIERE, A. M. Escolas públicas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. C. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

COSTA, M. V. **O Currículo nos Limiares do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DPA, 1999.

DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos Olhares Sobre Educação e Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: Inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã).

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth Fernandes de (Orgs.). **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito á outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e prática**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

MENDEZ, J. M. A. **Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOLL, J. **A cidade Educadora como Possibilidade: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Cortez, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. Educação integral e currículo intertranscultural. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito á outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 189-206.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola**: elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

PENIN, Sônia T. de Sousa. **A Aula**: Espaço de Conhecimento, lugar de cultura. Campinas SP: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática/tradução Ernani F. da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade**: O Currículo Integrado. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTA CATARINA - Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Projeto Escola Pública Integrada**. 2003. Disponível em: <www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../422-projeto-escola-publica-integrada>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SANTA CATARINA - Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Modelos Diferenciados de Escolas**. Florianópolis: IOESC, 2006.

SÃO JOSÉ - Secretaria Municipal de Educação, **Decreto n. 37.352/2012**. Regulamenta a implementação da Escola em Tempo Integral para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José, 2012. Disponível em: <http://cem-santaterezinha.blogspot.com.br/p/documentos_29.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

WAIROS, E. et al. **Nas asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa. Brasília: universidade de Brasília, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário aplicado aos estudantes

**QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO NA ESCOLA POR ALUNOS INSERIDOS
DOIS ANOS OU MAIS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, COMO PARTE DA
PESQUISA:**

**Um estudo sobre o impacto e as implicações do Programa Mais Educação na Rede
Municipal de Ensino de São José**

DADOS DO ALUNO: _____

Idade _____ Série/ano () Sexo () Turno que frequenta o Mais Educação () Já reprovou em alguma série? _____ Qual? _____ Em que anos frequentou / frequenta o Mais Educação: 2010 () 2011 () 2012 (....)
--

QUESTÕES

**DESDE QUE VOCÊ PARTICIPA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO,
CONSIDERA QUE:**

Observação: Assinale a resposta e, se quiser, acrescente comentários

Melhorou a sua participação nas aulas?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Melhorou o seu relacionamento com os colegas?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Melhorou o seu relacionamento com os professores?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Melhorou o seu relacionamento com os outros profissionais da escola (diretor, supervisor, coordenador, merendeiras, agentes de serviços gerais).

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Melhorou a sua responsabilidade na realização e entregas das suas tarefas?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Tem aumentado em você a vontade de estudar, pesquisar e querer saber mais sobre os temas e ou atividades trabalhadas na escola?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Tem aumentado o seu interesse a participar dos eventos ou festas promovidas pela escola?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Você respeita mais a opinião dos seus colegas?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Sua leitura melhorou?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Sua escrita melhorou?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Sua vontade de ir para a escola aumentou?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Suas notas aumentaram?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Você está faltando menos?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Você acredita que pode melhorar ainda mais?

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

SUA OPINIÃO SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:

O que você mais gosta no Programa Mais Educação?

O que você menos gosta?

Você tem alguma atividade preferida? Qual seria?

Que sugestões você tem para o Programa Mais Educação?

APÊNDICE B: Questionário aplicado aos professores

QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO NA ESCOLA POR PROFESSORES, A RESPEITO DE CADA ALUNO PARTICIPANTE, COMO PARTE DA PESQUISA:

Um estudo sobre o impacto e as implicações do Programa Mais Educação na Rede Municipal de Ensino de São José

DADOS DO (A) PROFESSOR (A) _____

Formação inicial: _____
Em qual universidade concluiu ou realiza a sua formação? _____
Fez algum curso de aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação? _____
Tempo total de magistério: _____
Na rede pública: _____ Na rede privada _____

QUESTÕES RELATIVAS A CADA ALUNO:

ALUNO _____

QUAIS DESSES ITENS VOCÊ CONSIDERA QUE MELHOROU DESDE A PARTICIPAÇÃO DESTE ALUNO NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:

Aprendizado:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Comportamento:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Relação com os professores e colegas:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Participação nas aulas e nas atividades propostas pela escola:

Sim (....) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Responsabilidade:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Colaboração com os professores e colegas:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

A realização das atividades e tarefas escolares:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Frequência nas aulas:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Auto estima:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Seu desempenho na oralidade:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Seu desempenho na escrita:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Seu desempenho na leitura:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Seu desempenho na matemática:

Sim (..) Não (.....) Mais ou menos (....) Não sei dizer (.....)

Você teria outros comentários a fazer sobre a relação entre o desempenho deste aluno na escola e sua inserção no Programa Mais Educação? Quais?

QUESTÕES GERAIS:

Dos seus alunos, **quantos** frequentam atualmente o Programa Mais Educação?

Você considera que a participação dos alunos no Programa Mais Educação contribui para melhorar o seu desempenho na escola?

APÊNDICE C: Relação das escolas e atividades escolhidas para 2012

Relação dos Macrocampos selecionados pelas Unidades de Ensino e respectivas atividades para serem desenvolvidas no ano de 2012

CEM Renascer	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	120	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Cultura, Artes e Educação patrimonial	Desenho
		Esporte e Lazer	Tênis de Mesa
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento

CEM Jardim Solemar	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	123	Cultura Digital	Tecnologias Educacionais
		Esporte e Lazer	Natação
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Teatro
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Artesanato Popular

CEM Araucária	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	125	Comunicação e uso de Mídias	Jornal Escolar
		Comunicação e uso de Mídias	Vídeo
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Danças
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento
		Educação em Direitos Humanos	Educação em direitos humanos

CEM Antônio Francisco Machado	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	135	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Comunicação e uso de Mídias	Jornal Escolar

		Esporte e Lazer	Ginástica Rítmica
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento
		Esporte e Lazer	Programa Segundo Tempo - PST

CEM Vilson Kleinubing	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	115	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Desenho
		Esporte e lazer	Recreação e Lazer/Brinquedoteca
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento

CEM José Nitro	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	120	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Pintura
		Prevenção e Promoção da Saúde	Prevenção e Promoção da Saúde
		Esporte e lazer	Recreação e Lazer/Brinquedoteca
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento

CEM Morar Bem	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	150	Comunicação e Uso de Mídias	Rádio Escolar
		Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
		Esporte e lazer	Atletismo
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento
		Comunicação e uso de Mídias	Fotografia

CEM Vila Formosa	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	123	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Hip Hop
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Esporte e lazer	Programa Segundo Tempo - PST
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento
		Comunicação e Uso de Mídias	Rádio Escolar

EBM Altino Corsino da Silva Flores	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	221	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Cineclube
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Canto Coral
		Investigação no Campo da Natureza	Robótica Educacional
		Comunicação e Uso de Mídias	Vídeo
		Acompanhamento Pedagógico	Tecnologias Educacionais

CEM São Luiz	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	150	Investigação no Campo das Ciências da Natureza	Robótica Educacional
		Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
		Esporte lazer	Programa Segundo Tempo - PST
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento

CEM Maria Hortência Pereira Furtado	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	100	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Comunicação e Uso	Rádio Escolar

		de Mídias	
		Comunicação e Uso de Mídias	Fotografia
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Esporte e Lazer	Tênis de Mesa
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento

CEM Santa Terezinha	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	244	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Cineclube
		Iniciação Científica	Iniciação Científica
		Esporte e lazer	Recreação e Lazer/Brinquedoteca
		Acompanhamento Pedagógico	Campos do Conhecimento

EEF de Potecas	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	75	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Leitura e Produção Textual
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Tecnologias Educacionais
		Esporte e lazer	Futebol
		Acompanhamento Pedagógico	Matemática
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento

EEB Profª Palmira Lima Mambrini	Quantidade de alunos inseridos	Macrocampo	Oficinas inseridas
	100	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Ensino Coletivo de Cordas
		Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Canto e Coral
		Esporte e Lazer	Ginástica Rítmica
		Comunicação e Uso de Mídias	Jornal Escolar
		Acompanhamento Pedagógico	Letramento
		Comunicação e Uso de Mídias	Tecnologias Educacionais

APÊNDICE D: CD com os questionários respondidos